

Recebido em: 30-09-2018

Aceito em: 19-12-2018

**DO MASCULINO TECNICISTA AO FEMININO SOCIAL:
UMA REFLEXÃO TEÓRICA ACERCA DA PRÁTICA PROFISSIONAL E LINGUAGEM
ANTI-SEXISTA**

Nalin Ferreira Silveira¹
Elisângela Gomes²

Resumo: Apresenta uma reflexão acerca das práticas profissionais e acadêmicas em biblioteconomia no que tange o uso da linguagem não-sexista. A partir do uso da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de caráter exploratório, tem por objetivo oferecer um apanhado histórico sobre a transformação da profissão de bibliotecária, de um modelo com predominância masculina, branca e de caráter elitista, para uma profissão com predominância feminina e voltado para questões sociais. Concluímos que embora a atuação profissional seja majoritariamente composta por mulheres, pouco tem se discutido para ressignificar esse espaço e propor mudanças no que se refere à linguagem e também nos instrumentos do fazer profissional.

Palavras chave: Linguagem anti-sexista. Prática profissional. Biblioteconomia tecnicista. Biblioteconomia Social.

1 POR UMA BIBLIOTECONOMIA ANTI-SEXISTA NO FALAR E NO FAZER

Para refletir a relação entre o tecnicismo adotado no ensino de biblioteconomia como uma prática masculina é necessário compreender que ele se sustenta, ainda na atualidade, por uma concepção de sociedade que descentralizou o papel da mulher. É preciso considerar também o fato de que ser mulher é uma construção histórico-social, assim como ser homem, e em determinado momento da história social, o sexo foi determinante para o estabelecimento do preconceito e da discriminação contra as mulheres, portanto o sexismo, trata-se de comportamentos, condições ou atitudes que fomentam estereótipos de papéis sociais baseados no sexo (KOSUT, 2012).

Seguindo a linha de pensamento apresentada por Carlos Moore Wedderburn (2006), o princípio da existência da humanidade se originou no centro e na região oriental do continente africano há 3,5 milhões de anos atrás. O mundo paleolítico sobrevivia sob a ameaça da fome e da escassez levando ao

¹ Mestranda no Mestrado Profissional em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nalin.ferreira@gmail.com

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-Graduação / Lato Sensu em Teoria e Prática da Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul / UERGS. E-mail: zanzamaio@gmail.com



canibalismo que acometia as camadas mais vulneráveis: mulheres, crianças e idosos. Diante desse contexto,

o mundo conformado especialmente pelas fêmeas, é que, em razão de sua vulnerabilidade, fora, presumivelmente, responsável por tal proposta. Solidariedade implica que mesmo aquele que não produz -- seja por que se vê física, mental ou conjunturalmente impedido de participar das tarefas produtivas -- tem o mesmo direito de acessar os produtos sociais, os recursos, da mesma forma que aqueles indivíduos que participam diretamente de sua produção (DIOP, 1962, p. 59).

A lógica de solidariedade é a primeira grande manifestação da civilização, essa lógica levou à eclosão de sociedades sedentárias e agrícolas, “essa primeira ordem societária, baseada na agricultura, perdurou durante milênios e se expressou através de sociedades de perfil matricêntrico³, de alta imbricação social concêntrica e de caráter distributivo” (WEDDERBURN, 2006, p. 02).

Essa estrutura social matricêntrica sucumbiu e outros valores foram impostos por uma lógica patricêntrica⁴ de guerra, força e competitividade,

os Estados agro-burocráticos matricêntricos da antiguidade sucumbiram, entre o quarto e o primeiro milênio a. C., ante às levas sucessivas de invasões provindas das estepes do norte de Ásia, por uma parte, e, por outra, do leste e norte da Europa. A partir dessa queda histórica desses tipos de sociedades, as lógicas re-distributivas, de respeito à mulher, aos idosos e às crianças, de convivência harmônica entre etnias, de solidariedade social, começaram a regredir em favor da implantação de uma ordem societária patricêntrica expansionista, provinda da Eurásia, baseada na ética da guerra e na utilização da força como agência de relação com o Outro (semelhante ou não) (WEDDERBURN, 2006, p.03).

A intenção de apresentar esse contexto civilizatório é trazer para a superfície do discurso a lógica da solidariedade instaurada por uma sociedade matricêntrica como um exercício para refletir o perfil social da biblioteconomia que ganha destaque na medida em que as mulheres se apropriam desse espaço. Essa reflexão também nos impulsiona a refletir sobre a importância de re-empoderar⁵ o universo feminino

³ Trata-se de estruturas sociais e políticas concêntricas com um forte teor feminino no que diz respeito ao modo de interação entre os grupos, os indivíduos e entre as instâncias sociais (WEDDERBURN, 2007, p. 107).

⁴ Diop considera o mundo greco-romano como sendo prototípico das estruturas surgidas do berço “setentrional”, e que, contrariamente ao processo “meridional”, teria se caracterizado pela família patriarcal e pela cidade-Estado gerando sociedades profundamente patricêntricas, falocráticas e intolerantes perante qualquer forma de alteridade; sociedades que menosprezam o input feminino e que possuem estruturas de competição, de hábitos materialistas, da prática da guerra, da conquista, do militarismo, do culto da propriedade privada e da visão xenófoba. (WEDDERBURN, 2007, p. 109). Para aprofundamento conceitual recomendamos a leitura da obra de Cheikh Anta Diop “The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity”. (Tradução do original L’Unité Culturelle de l’Afrique Noire). Chicago: Third World Press, 1978.

⁵ A ativista Joice Berth traz a ideia de empoderamento como uma ação coletiva, que traz o questionamento das estruturas de poder tradicionais, refere-se a autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento (BERTH, 2018). No contexto, re-empoderar, se refere a uma retomada do caráter feminino e social da profissão.



e retornar para práticas éticas e solidárias no que se refere o acesso aos bens educacionais e culturais proporcionados pela mediação do acesso à biblioteca.

Iniciando as constatações sobre as bases de formação do curso de biblioteconomia, podemos inferir que, mesmo em face das crescentes manifestações da sociedade e, principalmente, no que tange às relações de gênero, ainda se mantém fortemente atreladas ao tecnicismo. De acordo com Silveira e Reis (2008, p. 13):

o ensino de Biblioteconomia no Brasil optou, e isto é uma característica histórica, por formar profissionais capacitados tecnicamente para o processamento e gestão dos acervos preservados em uma unidade de informação, em detrimento do exercício de capacitá-los a compreender criticamente a importância que seu ofício assume no processo de construção das muitas esferas de atuação humana.

Essa manutenção do perfil tecnicista também é apontada por Rasteli e Cavalcanti (2013, p. 165) “com intensidade, vários cursos de Biblioteconomia no Brasil preocupam-se principalmente com o processamento da informação e raramente com a sua disseminação e com a formação de leitores”.

Diante desse perfil de formação, podemos afirmar uma deficiência em orientar as práticas, sobretudo as técnicas, para uma reflexão crítica a fim de atender as demandas sociais apresentadas. Esses padrões estão refletidos em diversas esferas e formas de produção de sentidos e recaem sobre a prática profissional. O questionamento sobre a flexão de gênero para o masculino quando nos referimos à quem exerce determinadas profissões parece um apontamento simplório, entretanto ele nos diz muito sobre o sistema de opressão ao qual as mulheres estão subordinadas.

Na busca por uma escrita representativa que reflete o cotidiano de sujeitos que pensam o saber científico a partir de suas experiências, não há outra forma de produzir se não pela existência total e não fragmentada. Os corpos que se pronunciam nesta escrita estão marcados pelas diferenças de gênero, raça e classe, portanto é desse lugar que existimos e pensamos nossa atuação profissional. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é apresentar uma reflexão acerca das práticas profissionais e acadêmicas em biblioteconomia no que tange o uso da linguagem não-sexista para alcançarmos equidade e representatividade.

A metodologia adotada teve abordagem qualitativa, a fim de compreender as transformações e possíveis atualizações da profissão no que se refere às questões de gênero. Segundo Flick (2009, p. 08), a abordagem qualitativa “analisa experiências de indivíduos e grupos que podem estar relacionadas a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia”. Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa

bibliográfica caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias e/ou descobertas (GIL, 2007).

2 A FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto da civilização ocidental, as bibliotecas surgem como lugares destinados à guarda, preservação e organização do conhecimento. A ideia de uma biblioteca como um espaço de compartilhamento e divulgação de informações é bastante recente na história. Estas primeiras bibliotecas surgem dentro dos mosteiros e das universidades, como espaços masculinos e elitistas, e o bibliotecário era visto como um intelectual erudito. A biblioteconomia surge como uma profissão predominantemente masculina e com forte caráter elitista, as exigências para ocupar um cargo de bibliotecário incluíam o conhecimento de idiomas e o título de bacharel (SOUZA, 2014).

É importante ressaltar que, no contexto histórico-social de países que exploraram os povos africanos, as relações de gênero precisam estar interseccionadas às questões de raça e classe. No que se refere ao acesso de mulheres na universidade, concedido no final do século XIX há uma assimetria entre mulheres brancas e mulheres negras no ensino superior. Para Stephenson (1993), a identidade feminina se constrói não apenas a partir de definição de papéis e de diferenciação em relação aos homens, como também é um processo de construção de identidade pela via da diferenciação com outras mulheres.

Nesse sentido, embora as Mulheres Negras sejam 25% da população brasileira na zona urbana, ainda encontram-se à margem em diferentes esferas. No mercado de trabalho, recebem os piores salários, em relação à população branca, independentemente da função exercida. Dados sobre a escolaridade disponíveis no Retrato das desigualdades de gênero e raça (2011), mostram que, em 2009, 9,9% das Mulheres Negras entre 18 e 24 anos cursaram ensino superior, já as mulheres brancas da mesma idade, no mesmo período, representaram 23,8% das matriculadas.

As primeiras bibliotecas no Brasil surgem no período colonial, sendo os jesuítas os primeiros que exerceram a função de bibliotecários⁶ no país (SOUZA, 2014). Entre os requisitos exigidos para o cargo, está a boa conduta, saber ler, escrever e calcular e possuir conhecimento das línguas latina, francesa e inglesa, preferencialmente. O acervo dessas bibliotecas era voltado para as atividades religiosas, e como estes espaços eram masculinos, também cabia a estes homens a administração e organização.

⁶ A palavra bibliotecário está com flexão de gênero masculino, pois não haviam profissionais mulheres neste período. A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827 e o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil só foi concedido no final do século XIX, precisamente em 1879.



Levando em consideração que a escravidão no Brasil durou 300 anos, do período colonial até o final do império, o povo africano, tanto homens quanto mulheres eram excluídos de qualquer possibilidade de escolarização (PINTO, 1987). Tal acesso só começou a ser discutido no parlamento na década de 60 (MOYSÉS, 1994). No que se refere à educação das mulheres brancas era focada nos cuidados da casa, do marido e dos filhos. A única forma de instrução era através das entidades religiosas como conventos, e mesmo assim, recebiam uma instrução superficial, focada nos cuidados da casa e da família. As mulheres brancas foram excluídas do acesso à educação formal, e até o ano de 1627, somente duas mulheres brancas em São Paulo sabiam assinar o próprio nome (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000).

Na colônia brasileira, os jesuítas eram responsáveis pela educação formal básica e preparação para a Universidade de Coimbra dos filhos da elite branca. Embora eficiente na formação da nobreza, para os africanos escravizados e indígenas, quando existia o acesso à educação informal, essa cumpria o papel de dominação pela fé e na manutenção da estrutura social, como “uma forma de assegurar sua permanência no direcionamento da formação dos quadros para a Igreja e para o Estado” (DANTAS, 2004, p. 5).

Com a fuga da família real para o Brasil, em função as Guerras Napoleônicas, inicia-se a instalação de instituições culturais, entre elas, a Biblioteca Nacional. A partir do ano de 1810, a Real Biblioteca é inaugurada e “aberta aos estudiosos” (BIBLIOTECA, 2014, documento eletrônico). Os primeiros dirigentes foram homens ligados à igreja: Frei Gregório José Viegas e padre Joaquim Dâmaso (BIBLIOTECA, 2014).

Ao analisar a história da Biblioteca Nacional, pode-se verificar o sexismo existente na instituição, Beatriz Alves de Souza (2014, p. 119) afirma que “no que concerne à escolha de seus dirigentes, que as nomeações de cargos para essa unidade foram marcadas por uma hierarquia de gênero”, pois mesmo havendo profissionais bibliotecárias formadas desde a década de 1930, apenas na década de 70 uma mulher assumiu o cargo de direção⁷. Desde então, apenas cinco mulheres assumiram o cargo, todas brancas (BIBLIOTECA, 2014).

O primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado pelo Decreto n. 8.835, de 1911. Iniciou em 1915 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo como diretor Manuel Cícero Peregrino Silva. O programa deste curso seguia o modelo francês, mais erudito (SOUZA, 2014).

Na década de 30, com a expansão das bibliotecas públicas e universitárias nos grandes centros começam a surgir os primeiros cursos de biblioteconomia no país. E também bibliotecas em “espaços

⁷ Jannice de Melo Monte-Mór é a primeira mulher a assumir a diretoria-geral da Biblioteca Nacional, entre os anos 1971-1979. Depois dela, assumiram a direção Célia Ribeiro Zaher (1982 a 1984); Maria Alice Giudice Barroso Soares (1984 a 1989) e Lia Temporal Malcher (1989 a 1990) e Helena Severo (2016)



voltados para a educação das classes baixas e da preservação de valores sociais vigentes” (SOUZA, 2014, p. 126). Em 1929, o *Mackenzie College*, hoje Universidade Mackenzie, de São Paulo, criou um Curso de Biblioteconomia, inspirado no modelo norte-americano, que enfatizava os aspectos técnicos da profissão. O primeiro registro de uma mulher na biblioteconomia no país, deve-se a vinda da bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, que chegou em 1929, para orientar a organização da biblioteca desta instituição. A primeira bibliotecária brasileira foi Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, formada em biblioteconomia pela School of Library Service da Columbia University nos Estados Unidos, diretora da biblioteca e do curso de biblioteconomia no *Mackenzie College* (SOUZA, 2014).

É importante ressaltar que na maior parte da sua história, o papel social da biblioteca não foi discutido, pelo contrário, este espaço era visto como um local elitizado, cujo objetivo era a organização sistemática do conhecimento científico. Durante muito tempo, a biblioteconomia brasileira adotou o modelo francês, que trazia justamente esta ideologia elitista branca, científica e majoritariamente masculina. Em meados do século XX, houve uma mudança de paradigma, e passou-se a adotar o modelo norte-americano dentro do país, com um viés mais tecnicista, embora ainda bastante afastado do papel social da biblioteca.

o que prevaleceu foi a influência americana, que, fundamentada no discurso tecnicista, baseada no pragmatismo, levou as escolas de biblioteconomia a adotarem um ensino, cuja preocupação era a técnica em detrimento de um ensino mais voltado para questões sociais, com conteúdos que refletissem a realidade nacional (FERREIRA, 2003, p. 196)

Francisco Souza (1993) alerta que este novo modelo foi importado, sem considerar o contexto brasileiro. Beatriz Sousa (2014) e Hugo Pires (2016), levantam a hipótese que esta mudança de paradigma (aumento do tecnicismo em detrimento da erudição) contribuiu para a falta de interesse dos homens e para o aumento no número de mulheres na profissão.

O contexto social sexista da época, contribuiu com a entrada das mulheres na profissão, mais uma vez, baseado em estereótipos de gênero, vendo a mulher como cuidadora, protetora e dedicada às questões sociais. É importante observar que com o surgimento de bibliotecas para educação de classes populares, a biblioteconomia sofreu uma mudança de paradigma, finalmente despertando para questões sociais, entretanto, mantendo o caráter ideológico, doutrinador e racista.

A partir do século XIX, as diversas transformações sociais demandam um novo perfil profissional e institucional. Transformações como a Revolução Industrial, expansão do capitalismo, Guerras de independência, e a institucionalização e estatização dos sistemas escolares. A partir deste controle estatal da educação, percebe-se também uma feminização da profissão e o surgimento das bibliotecas escolares

(PIRES, 2016). Ferreira (2003) também destaca a influência do liberalismo, amplamente divulgado nas décadas de 30 e 40, trouxe novas exigências, a informação passa a ser encarada como um fator primordial para favorecer mudanças sociais e econômicas, o que demanda um novo perfil para os profissionais da informação.

O desenvolvimento tecnológico e a expansão das bibliotecas públicas e universitárias no fim do século XIX e início do século XX também levou ao desenvolvimento de novas formas de organização do conhecimento, mais pragmáticas e focadas nos aspectos técnicos e práticos de recuperação da informação. A biblioteca também passa a ser vista como uma ferramenta ideológica, com a função de manutenção da ordem, evitando o acesso a leituras consideradas subversivas. Sendo assim, “os atributos exigidos ao profissional para trabalhar nessas bibliotecas referenciando a ordem, a educação e os bons costumes da população ancoravam-se a uma pertença feminina” (SOUZA, 2014, p. 122), pois considerava-se como atributos naturais da mulher cuidar, zelar, arrumar, guardar, preservar, etc.

Sobre a entrada de mulheres na biblioteconomia, destaca-se a atuação de Melvin Dewey, um dos primeiros bibliotecários a contratar e admitir mulheres no curso de biblioteconomia da *School of Library Service da Columbia University*, criado em 1887 (SOUZA, 2014). Apesar de a iniciativa ser um marco importante na profissão, Matthew Battles (2003) critica os motivos que levaram Dewey a tomar esta atitude:

Dewey admitia mulheres em seu cursos em seus custos pelas mesmas razões que as empregava nas bibliotecas - para rebaixar a profissão. As mulheres já eram socialmente subalternas em relação aos homens que tinham cargos na universidade. Na visão de Dewey, essa subordinação espelhava perfeitamente bem a subordinação dos bibliotecários em relação a professores e especialistas, que ele considerava necessária para o funcionamento eficiente da biblioteca (BATTLES, 2003, p. 147).

De acordo com a análise de Battles (2003), Dewey considerava a biblioteconomia uma profissão essencialmente técnica, com a função exclusiva de catalogar e localizar livros nas estantes, enquanto as atividades gerenciais deveriam ser exercidas por professores e especialistas. Além disso, por conta dessa desvalorização social, Pires (2016) também aponta que Dewey, ao contratar mulheres, poderia pagar menores salários para as mesmas. Assim, o trabalho feminino em bibliotecas se insere no contexto da divisão sexual do trabalho como uma extensão do trabalho doméstico. Historicamente, o trabalho feminino sempre existiu, no espaços privados, dentro das casas, nos campos, nas manufaturas e cuidando da família e atividades domésticas, mas por muitos anos, este trabalho nunca foi quantificado estatisticamente como uma atividade econômica.

Ao analisar historicamente o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro verificamos, conforme pesquisa “Mulheres e Trabalho: breve análise do período de 2004-2014”, realizada Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a principal ocupação entre as mulheres negras é o trabalho doméstico, enquanto há décadas já não constitui a principal atividade econômica que emprega as mulheres brancas.

Ainda neste sentido, a pesquisa “O Emprego doméstico no Brasil” realizada em 2013 pelo Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos (DIEESE), considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país, as mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, já entre as mulheres não negras houve uma redução de 4,1% pontos percentuais, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011. A remuneração das mulheres negras se mantém inferior a das mulheres não negras.

Mesmo quando as mulheres passam a ocupar este espaço dentro das bibliotecas, ele é considerado uma extensão das tarefas domésticas ou uma atividade transitória. A biblioteconomia era uma ocupação para as mulheres brancas e jovens de “boa” família, enquanto aguardavam o casamento ou a maternidade, assim como enfermagem ou magistério, era uma profissão relacionada com o cuidar, assistir, proteger, zelar.

Sobre os fatores que colaboraram para entrada de mulheres na área, Souza (2014) destaca a facilidade de ingresso, curso de curta duração e de horário diurno, horário de trabalho flexível e tranquilo, e sem necessidade de estudos complementares. Ou seja, não era vista com um cunho intelectual, como aconteceu com os homens, pelo contrário, a atividade feminina é vista com preconceito e com pouca seriedade. Para Hooks (1995, p. 468):

dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual.

Na busca pelo diálogo interseccionado, entre gênero, raça e classe, a condição da mulher negra para acessar à escolarização e a formação intelectual se tornam desafios ainda maiores tendo o sexismo, racismo e as condições sociais como fatores que operam na subalternização e invisibilidade.

Racismo e sexismo atuando juntos imprimem na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva (HOOKS,1995, p. 468).

O cenário de acesso à escolarização evoluiu e a consequência disso é refletida nos aparelhos educativos, portanto a biblioteca como um ambiente dinâmico, que exige competências e habilidades do profissional. Beatriz Souza (2014) afirma que as bibliotecárias tiveram grande participação na construção da profissão, embora sejam pouco referenciadas na literatura.

A entrada tardia de mulheres brancas na vida pública e no mercado de trabalho deve-se à rígida estrutura social, fortemente sexista, que durante séculos proporcionou uma educação diferenciada para homens e mulheres. Ferreira (2003) destaca que “até o início do século, precisavam da autorização dos maridos para assumir qualquer atividade profissional remunerada e que apenas em 1932 passaram à categoria de cidadãs, com direito ao voto” (2003, p. 196).

Se inicialmente o perfil das bibliotecárias era de mulheres brancas, jovens de classes média e média-alta, como uma formação e ocupação até o casamento, no início do século XX este perfil se transformou e passou a atrair jovens de camadas populares, pela empregabilidade e atuação dos movimentos sociais e os movimentos negros de luta pela educação popular e das políticas de ingresso na universidade.

Essas articulações questionavam a lógica de associação da educação atrelada ao trabalho para as classes trabalhadoras, que advinha desde a Era Vargas. Tais movimentos advogavam pela ampliação do acesso da classe trabalhadora à educação humanística e científica, historicamente reservada para a elite branca, bem como pelo processo de escolarização dos homens e mulheres negros (HENRIQUES, 2017).

Uma pesquisa realizada por Hugo Pires (2016) indicou que se formaram cinco vezes mais mulheres do que homens em biblioteconomia⁸ no país, indicando a predominância de mulheres na profissão. O perfil majoritário, entretanto não garantiu a atualização da linguagem utilizada, mantendo a flexão para o gênero masculino. Para Paky Franco e Júlia Cervera (2002, n.p.), as resistências a feminizar uma profissão ou cargo “nunca se baseiam em argumentações estritamente lingüísticas, porque as resistências não vêm da língua, as línguas costumam ser amplas e generosas, dúcteis e maleáveis, hábeis e em perpétuo trânsito; as travas são ideológicas”.

Portanto, não é apenas do uso da linguagem que estamos nos referindo, trata-se de compreender que outros fatores, relacionados às hierarquias de poder que influenciam a não atualização e o não reconhecimento das mulheres no exercício da profissão.

O espaço da profissão bibliotecária no mercado de trabalho e na sociedade está ligado diretamente às relações entre a constituição dos papéis e espaços ocupados por homens e mulheres ao longo do tempo. Compreender a constituição da Biblioteconomia como uma profissão feminina permite entender o comportamento desigual do mercado de trabalho e da sociedade. Ao se estimular tais discussões, colabora-se para criar profissionais mais conscientes, que pensem e possam construir de forma igual o futuro da profissão (PIRES, 2016, p. 119)

⁸ A pesquisa indicou 10921 mulheres formadas em biblioteconomia contra apenas 2014 homens. (PIRES, 2016, p. 59)



Sendo assim, não podemos nos furtar de discutir o papel social da bibliotecária na construção de uma linguagem anti-sexista. É necessário refletir sobre as ideologias dominantes que impedem a manifestação da linguagem de práticas contrárias à estrutura patriarcal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que, embora o perfil tecnicista, atrelado à figura masculina foi substituído pelo perfil social com a inserção da mulher no mercado de trabalho e no fazer biblioteconômico, a reflexão sobre as questões sociais se restringem ao oferecimento dos recursos e serviços e não perpassa pelas bases ideológicas.

Assumir que a biblioteconomia é composta predominantemente por mulheres também presume uma ressignificação desse lugar protagonizando esse espaço e propondo mudanças no que se refere à linguagem, mas também nos instrumentos do fazer profissional.

A contextualização dos processos sócio-históricos também contribui para a importância de considerarmos a intersecção de gênero, raça e classe como fatores que impactam sobremaneira a forma como as epistemologias são criadas e consolidadas no campo da biblioteconomia. É possível verificar que diante do ingresso tardio e a baixa representatividade de mulheres negras no ensino superior, determinadas práticas que hierarquizam outros saberes contra-hegemônicos seguem operando como estratégias de manutenção sistemática do racismo.

O uso da linguagem anti-sexista, portanto, é um exercício de escuta às reivindicações de mulheres dentro e fora do ambiente acadêmico. Fala e escrita precisam ser representativas dos sujeitos que estão de sua posse. Considerar a existência da diversidade parte do respeito à subjetividade e individualidade dos sujeitos e restaura as práticas éticas e solidárias que em determinado momento histórica foram acionadas pelas sociedades matricêntricas. É uma forma de acolher e despertar o sentimento de pertencimento. Sendo assim, a bibliotecária precisa realizar o processo reflexivo e crítico acerca da sua formação acadêmica e profissional, buscando medidas de combate ao preconceito.

REFERÊNCIAS

- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. p
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.



BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Histórico**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [2014]. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911. Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em 30 set. 2018.

DIOP, Cheikh Anta. **L'Unité culturelle de l' Afrique Noire**. Paris: Présence Africaine, 1962.

DANTAS, Elza Ezilda Valente. O exercício da docência na educação superior brasileira: nas tramas históricas da colônia ao império. **III ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**, [s. l.], 2004.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FERREIRA, Maria Mary. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000371/35bfa823b2fe221d920ca9d701167608/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Peres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. UNIFEM (ONU), 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do trabalho doméstico à educação superior**: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão*. nº 37, p.153 - 172, 2017.

IPEA. **Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: Ipea, 2016.

DIEESE. **O Emprego Doméstico no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2013.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 20 set. 2018.

KOSUT, Mary. **Encyclopedia of Gender in Media**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX. **Revista de Ciência e Educação**: Educação e Sociedade. São Paulo: Papirus, n. 48, ago. 1994.



PINTO, Regina Pahim. **A educação do Negro**: uma revisão bibliográfica. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 62, p. 3-34, ago. 1987.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso Pires. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade**: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. 2016. 134 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE6MYV>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em Biblioteca Pública. **Encontros Bibli**, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan. /abr., 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Ensino de biblioteconomia no brasil: o modelo norte-americano. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 3, n. 1, p. 16-19, 1993. Disponível em:
<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001422/559835c1d70203eb0706cac504da4276/>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

SOUZA, Beatriz Alves de. **O gênero na biblioteconomia**: percepção de bibliotecárias/os. 2014. 270 p. Tese (Doutorado em estudos de gênero) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129392>>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. In: ENANCIB, 9., São Paulo: 2008.

STEPHENSON, Márcia. **Ideologias de la feminidad y nuevas esferas públicas (1920-40)**, In: Encuentro de Ciencias Sociales UMSA (Universidad Mayor de San Andrés). La Paz, 1993.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Para uma sociedade globalmente inclusiva, baseada nas lógicas de solidariedade. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 32., 2006, Filadélfia. **Anais...** Filadélfia: ICSW, 2006. p. 1-13.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O Racismo Através da História**: da antiguidade à modernidade, 2007. Disponível em: <<https://afrocentricidade.wordpress.com/2007/07/30/o-racismo-atraves-da-historia-carlos-moore-livro/>>. Acesso em: 30 dez. 2018.



**FROM TECHNICAL MALE TO SOCIAL FEMALE:
A THEORETICAL REFLECTION ON PROFESSIONAL PRACTICE AND ANTI-SEXIST
LANGUAGE**

Abstract: This paper presents a reflection on the professional and academic practices in librarianship regarding the use of non-sexist language. From the use of bibliographical research with a qualitative approach of exploratory character, it has the objective to offer a historical overview on the transformation of the librarian's profession, from a model with masculine predominance, white and whit a elitist character, to a profession with feminine predominance and turned for social issues. We conclude that although the professional activity is composed mostly by women, little has been discussed to re-signify this space and propose changes in terms of language and also in the instruments of professional work.

Key words: Anti-sexist language. Professional practice. Technician librarianship. Social Librarianship.

